



## **PARADIGMAS, TEORIAS, MODELOS CONSTITUTIVOS DA FORMAÇÃO TEÓRICA EM COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**Maria Ângela Mattos**

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> do Curso de Comunicação Social da PUC Minas

(campus Coração Eucarístico)

### **Introdução**

Os paradigmas, as teorias e os modelos constitutivos da formação teórica em Comunicação Social adquirem visibilidade e consistência a partir do desenvolvimento dos meios de comunicação de massa e das práticas profissionais, ao lado da diversidade de especializações oferecidas pelo sistema universitário e da crescente produção acadêmico-científica na área. Eles compõem o pensamento comunicacional que, há mais de meio século, reflete o movimento de oscilação entre continuidade e reestruturação, saltos e avanços em relação aos paradigmas, teorias e modelos fundadores, nomeadamente os da sociologia empírica norte-americana e os da abordagem crítica da Escola de Frankfurt. Embora dinâmico, o pensamento comunicacional ainda hoje é influenciado por seus paradigmas fundadores, mantendo ou atualizando suas marcas positivistas.

IANNI (1994) reforça esse ponto de vista ao argumentar que as rupturas históricas nem sempre acarretam rupturas epistemológicas, mas quase sempre vêm acompanhadas por estas. No cenário da sociedade global, por exemplo, muitos dos conceitos e categorias das ciências sociais são postos em causa, tornam-se obsoletos ou são recriados e descortinados novos horizontes de análise. Sob esse prisma, pode-se afirmar que vivemos atualmente um processo paradoxal de transição do ensino e da investigação em comunicação, não sendo possível assegurar a consolidação do movimento de ruptura com os paradigmas clássicos da comunicação e, menos ainda, a preservação do potencial explicativo dos seus pressupostos para analisar os processos sociocomunicativos gerados pela tecnocultura-comunicacional globalizada.



Pensadores como LYOTARD (2000), VATTIMO (1989), entre outros, consideram que a sociedade contemporânea é marcada pela dissolução das grandes narrativas de explicação sobre a condição do homem, sendo os *mass media* um dos segmentos diretamente responsáveis pela explosão e multiplicação generalizada de visões de mundo. Entre as narrativas atualmente em crise, merecem realce as teorias e os modelos fundadores da comunicação, pois é possível afirmar que eles são insuficientes para dar conta da multidimensionalidade e globalidade dos processos comunicativos contemporâneos, à medida que suas técnicas e práticas implantam-se progressivamente sobre o conjunto do planeta. Nesse contexto, as teorias comunicativas tornam-se cada vez mais numerosas, refinadas e complexas, sendo, na avaliação de MIÈGE (1999), incerto identificar de modo seguro os movimentos que afetam o seu desenvolvimento, tanto na escala mundial quanto na continental ou local.

Como veremos na periodização a seguir, a crise dos grandes modelos de explicação da comunicação acompanha o próprio processo de constituição e desenvolvimento dos seus campos acadêmico e científico e resulta na crescente diversificação e complexificação da formação teórica em Comunicação Social. Este trabalho não caracteriza os princípios e fundamentos das correntes de pensamento vigentes no panorama científico e acadêmico da comunicação, visto que eles são amplamente abordados na literatura existente da área. Optou-se por privilegiar as implicações da incorporação dessas correntes no ensino e na investigação, notadamente nos conteúdos abordados nas disciplinas de Teorias da Comunicação (TCs)<sup>1</sup>, assim como na constituição da identidade acadêmica dos alunos, professores e pesquisadores, tendo em vista a fragilidade dos estudos teóricos e epistemológicos da comunicação, historicamente encarados mais como apêndices da formação técnico-profissional do que como espaços legitimados de aprendizado dos estudantes de graduação.

Essa periodização, estruturada em cinco fases superpostas, vem acompanhada de reflexões sobre as principais contribuições e limitações das perspectivas teóricas abordadas: 1. Hegemonia da sociologia empírica norte-americana (anos 40/60); 2. Coexistência do

---

<sup>1</sup> Colocamos o termo no plural devido ao desdobramento dos conteúdos relativos às teorias da comunicação em diversas disciplinas ministradas nos cursos de comunicação, como por exemplo, Teoria da Comunicação I, II III, como também em outras disciplinas que compõem a formação teórica comum: Teoria da Opinião Pública, Semiótica, Sociologia da Comunicação, Comunicação Comparada, entre outras.



Funcionalismo, Escola de Frankfurt e Abordagens latino-americanas (anos 70); 3. Revisão dos paradigmas clássicos e diversificação das perspectivas de análise da comunicação (anos 80); 4. Emergência do movimento da transdisciplinarização dos saberes especializados (anos 80/90); 5. Em busca da classificação, legitimação e autonomia do campo teórico e epistemológico da comunicação (a partir dos anos 90).

## **Desenvolvimento**

A primeira fase do ensino e da pesquisa em comunicação social no Brasil reflete a hegemonia do paradigma da sociologia empírica norte-americana, constituído por teorias e modelos de comunicação que privilegiam os estudos dos efeitos e das funções dos meios de comunicação de massa, destacando-se, entre elas, a abordagem funcionalista da comunicação. A influência do funcionalismo ocorre, sobretudo, pelos canais de capacitação dos pesquisadores e dos professores e da literatura utilizada na investigação e no ensino universitário, como também pelos métodos quantitativos aplicados nas pesquisas acadêmicas e mercadológicas. Segundo BELTRÁN (1985), na década de 50, torna-se visível a presença dos aportes teóricos norte-americanos nos estudos de comunicação desenvolvidos nos países latino-americanos, que focalizam, inicialmente, a imprensa escrita, seus leitores e textos e, mais tarde, a persuasão comercial, política e educativa, via sondagens de atitudes e motivações. Os métodos de investigação utilizados no ensino de jornalismo, por exemplo, focalizam basicamente os aspectos históricos e jurídicos da imprensa, aplicando-se às pesquisas sobre a opinião pública, o mercado, a audiência de rádio e televisão.

A influência da sociologia empírica norte-americana intensifica-se nos anos 60, traduzindo-se na escolha de objetos, temas, métodos e premissas que fundamentam as indagações e problemáticas estudadas, como também nas diretrizes pedagógicas adotadas nas escolas da área. Três novas linhas de pesquisa surgem no período, condicionando orientação específica à formação teórica do comunicador social: a difusão de inovações tecnológicas, a comunicação para o desenvolvimento e a análise de conteúdo e morfológica dos diários.

Caracterizada pela coexistência da influência dos paradigmas funcionalista e frankfurtiano, a fase seguinte inaugura a influência europeia no ensino e na investigação latino-americana, especialmente a alemã, francesa e inglesa, essas últimas mediante o



cruzamento das abordagens semiológico-estruturais e da economia política. A década de 70 representa o nascimento da crítica comprometida com a emancipação social dos povos marginalizados da América Latina, resultando na emergência de proposições alternativas teóricas e práticas de comunicação. Esse fato não significou, conforme BERGER (1998), a formulação de uma teoria latino-americana da comunicação com estatuto epistemológico e teórico próprios, mas o reconhecimento de que a produção acadêmico-científica da região tem contornos particulares, advindos da maneira como os paradigmas, as teorias e os modelos clássicos foram incorporados às questões comunicativas típicas das culturas desses países. A abordagem teórica de maior destaque no panorama dos estudos e das práticas pedagógicas de comunicação na região foi a Dependência Cultural ou o Imperialismo Cultural pautado na denúncia das estruturas de propriedade, conteúdos alienantes e dependência cultural dos meios de comunicação de massa em relação aos países capitalistas avançados, sobretudo os Estados Unidos. A conjugação das críticas aos meios massivos, à estrutura comunicacional dos países subdesenvolvidos e ao modelo difusionista da comunicação gerou novo campo de estudo e prática comunicativa comprometidos com os movimentos populares, sugerindo o uso de meios de comunicação de forma participativa, dialógica e horizontal.

O currículo mínimo de 1977 introduz a disciplina TC, cuja ementa contempla o estudo científico da comunicação, seus processos e efeitos, além de inserir a semiologia como nova matéria. Mas, na visão de BERGER (1998), a semiologia funciona como artifício para conter o enfoque politizado da perspectiva sociológica vigente até então. Esse currículo mereceu análise no I Ciclo de Estudos, promovido pela INTERCOM em 19878, sendo a TC objeto privilegiado nos debates. Carlos Eduardo LINS DA SILVA (1979) sugeriu a construção não de uma Teoria Geral da Comunicação, mas sim de uma teoria do problema mais específico da difusão massiva, por considerar que o conteúdo da disciplina deveria possibilitar a revisão histórica das diversas tentativas de formulação da Teoria da Comunicação de Massa. Entre essas recebem destaque a sociologia empírica norte-americana, a escola psicológica behaviorista, a Escola de Frankfurt, as análises de McLuhan e as abordagens estruturalista e materialista-dialética.

A década de 70 é marcada por clivagens entre os paradigmas funcionalistas e frankfurtianos, resultando na construção de uma identidade teórica dicotômica do comunicador social, devido, principalmente, à impossibilidade de diálogo entre eles e à

acirrada disputa entre seus representantes. Para alguns especialistas, o problema mais grave desta absorção foi, entretanto, a apropriação de referenciais teórico-metodológicos distanciados das realidades comunicacionais da região, além da irrupção do teorismo nas escolas de comunicação. Enquanto FADUL (1979) questiona o modo como esses referenciais foram apropriados, e não pela importação de idéias em si, CASTILLO (s/d) entende que a teoria passou a ser reconhecida como necessidade das escolas de comunicação, gerando estímulos para o desenvolvimento da produção latino-americana. Ao mesmo tempo, esse autor reconhece que o espaço aberto à custa de sacrifícios foi subutilizado posteriormente, devido ao teorismo presente no processo de incorporação das correntes de estudo, notadamente em três abordagens. A primeira – crítica ao conformismo – exacerbou durante anos a denúncia a transnacionalização da informação, a desqualificação do estrutural-funcionalismo, a análise exaustiva do modo de produção e das relações sociais de produção e tudo o que isso encerra, afinal. A segunda – teoria do discurso – seguiu o “caminho de ferro” iniciado por Althusser e seguido por Foucault, passando por Baudrillard, Pêcheux, entre outros. Em nome da semiótica – terceira abordagem – produziu-se as maiores acrobacias, com o emprego de palavras mágicas como denotação e conotação, entre outras, gerando uma confusão descomunal de escolas e autores. CASTILLO pondera que suas críticas não implicam rejeição a essas abordagens, mas à forma como foram incorporadas, já que não realizaram as mediações necessárias entre as propostas dos autores, do ensino e da investigação.

Sintetizando, o período representa um momento de revisão crítica dos princípios e modelos clássicos da comunicação, marcando a transição para outro paradigma que se propôs a renovar radicalmente as problemáticas de estudo. A partir daí, emergem correntes teóricas que integram em seus esquemas explicativos dimensões qualificadas como “extracomunicacionais”, extravasando os sentidos para além da simples relação emissor/receptor, entre as quais BRETON e PROULX (1997) destacam: a simbólica (Estudos Culturais e Semiologia), a sociopolítica e economia política (abordagens marxistas ortodoxas e renovadas), a tecnológica, e a recepção e mediação cultural. Embora essas perspectivas de estudo tenham enriquecido o pensamento comunicacional, elas não explicam a mudança dos processos e práticas comunicativas contemporâneos, ficando difícil camuflar seus limites e fragilidades conceituais e metodológicas, sobretudo a partir dos anos 80. Ademais, esses anos



são marcados por grandes distorções na formação teórica em Comunicação Social agravadas pela imposição de currículos mínimos, reforçando dicotomias entre teoria-prática e formação teórico-profissional presentes desde a constituição dos primeiros cursos de comunicação no Brasil.

Os anos 80 (terceira fase) marcam a revisão crítica e atualização das teorias clássicas da comunicação e a emergência de novas problemáticas e correntes de estudo. Enquanto a renovação do paradigma funcionalista se expressou por meio da formulação de hipóteses e teorias setoriais centradas nos aspectos da produção e circulação da comunicação e em efeitos de longo prazo (*Agenda Setting* e *Newsmaking* etc.)<sup>2</sup>, o da sociologia crítica da Escola de Frankfurt deu-se pela teoria da ação comunicativa, entre outros enfoques que enriquecem as teses dos mestres frankfurtianos.

Já a atualização dos estudos latino-americanos ocorreu, sobretudo, pelo deslocamento do enfoque centrado nos meios de comunicação para as mediações culturais, ancorando-se nas questões do receptor e inserindo-as nas características da América Latina. Inspiradas na abordagem gramsciana, outras temáticas e problemáticas de investigação são contempladas nesses estudos, como as novas tecnologias da comunicação, a transnacionalização cultural, a cultura e a comunicação popular, a recepção e a mediação de programas televisivos e de outros gêneros de mensagens dos veículos massivos, a leitura crítica da comunicação, o lazer e a cotidianidade, os usos populares dos meios, as culturas urbanas etc. Mesmo que a apropriação desses conceitos e categorias tenha se dado de forma parcial e reducionista, devido principalmente à análise bipolar da relação entre as classes hegemônicas e subalternas, essa abordagem foi imprescindível para a renovação dos estudos sobre a comunicação popular de massa na América Latina. Tanto assim que, no âmbito do ensino e da pesquisa em comunicação, encontramos diversos estudos que se valem desse instrumental para analisar a interpenetração entre cultura/comunicação de massa e cultura/comunicação popular, principalmente nos programas de pós-graduação, nos trabalhos de entidades de ensino e de investigação, assim como na capacitação de grupos

---

<sup>2</sup> Oportuno apontar que essas hipóteses não se constituíram em teorias da comunicação, pois são consideradas abordagens setoriais que se aplicam ao campo específico do jornalismo. Todavia, por não ser um paradigma fechado, um modo acabado e, neste sentido, infenso a complementações ou conjugações, uma hipótese tem a vantagem de ser um sistema aberto, sempre inacabado, adverso ao conceito de erro característico de uma teoria. A trajetória da aplicação da hipótese do agendamento, por exemplo, ilustra a não comprovação de alguns de seus pressupostos, mas nem por isso invalida sua cientificidade enquanto hipótese de pesquisa, uma vez que ela vem sendo testada ainda hoje (Ver HOHLFELDT, 2001).

1 Trabalho apresentado no Núcleo de **Teorias da Comunicação**, XXVI Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Belo Horizonte/MG, 02 a 06 de setembro de 2003.



vinculados aos movimentos sociais. No plano específico da graduação, esse referencial esteve presente na literatura e nos projetos experimentais e de extensão universitária (MATTOS, 1992).

Entre as expressivas contribuições dos estudos latino-americanos e brasileiros para a formulação e/ou apropriação de abordagens comunicativas mais dialéticas, destacamos a Teoria da Recepção, que desmonta a tese da passividade dos receptores. No caso brasileiro, é preciso ressaltar que a INTERCOM cumpriu papel decisivo na divulgação de correntes teóricas nos meios acadêmico e científico<sup>3</sup> que buscavam romper com as concepções romantizadas e/ou reducionistas de cultura/comunicação popular e de massa, tematizar as mediações que articulam os movimentos sociais e construir um espaço teórico capaz de ultrapassar as fronteiras das disciplinas.

Com este propósito, BARBERO (1988) propõe uma reforma do ensino de comunicação que enfatize não os meios de comunicação, mas as mediações, e ao mesmo tempo, reconheça a diversidade cultural e pluralidade de processos e práticas de comunicação. Para o autor, isso não significa reduzir a importância do estudo sobre os meios de comunicação, mas abrir-se à análise de mediações que ocorrem no processo comunicativo. Nessa direção, ele propõe a ruptura com a especificidade dos estudos de comunicação a partir das disciplinas ou dos meios, como, por exemplo, o ensino de TCs restrito a disciplinas próprias, já que estas não devem ser concebidas como territórios separados; ou ainda a organização de cursos de comunicação fechados em suas habilitações, visto que elas devem ser inseridas em planos de ensino que articulem os vários campos de conhecimento.

A proposta pedagógica de BARBERO visa colocar em curso projetos que atendam as demandas de comunicação da sociedade e apontem novas perspectivas de acesso à diversidade e complexidade de experiências e práticas de comunicação, indo além de simples aproximações com as necessidades do mercado de trabalho. Para o autor, superar os modelos de ensino condutivista e ideológico, centrados no estudo da onipotência dos meios e das mensagens, tem implicações que ultrapassam o terreno teórico e requer mudanças nas concepções e nas práticas da comunicação, assim como o impasse vivenciado pela maioria

---

<sup>3</sup> O II e o IV Ciclos de Estudos promovidos pela INTERCOM trazem, respectivamente, um conjunto de reflexões sobre a comunicação e as classes subalternas no Brasil, o papel dos intelectuais nos processos de hegemonia e contra-hegemonia, a contra-informação relacionada ao teatro operário e à crítica cinematográfica, como também sobre a Nova Ordem Internacional da Informação. (Ver MATTOS, 1992)



das escolas de comunicação latino-americanas: a mera repetição do que se faz nos meios convencionais ou a experimentação meramente formal de práticas profissionais, de pesquisa e de extensão universitária.

BRAGA (2001) considera, entretanto, que, ao deslocar o ensino e a investigação focados nos meios de comunicação para as mediações, corre-se o risco de diluir os estudos numa abordagem cultural excessivamente abrangente. Conseqüentemente, a ultrapassagem de fronteiras do território “meios de comunicação” pode resultar numa confusão generalizada entre as instâncias culturais e comunicacionais, agravada pelo cruzamento com outras dimensões extracomunicacionais, a exemplo do interacionismo simbólico, dos estudos culturais e das análises antropológicas sobre as identidades culturais no contexto da transnacionalização, entre outros. Se por um lado, o autor considera que a ênfase na formação genérica do comunicador social traz inconvenientes, na medida em que dissolve a especificidade do objeto de estudo nas mais diversas áreas do conhecimento e nas práticas de interação social, por outro lado, ele enfatiza que o ensino de comunicação circunscrito às técnicas, linguagens e mensagens dos meios de comunicação social é prejudicial, já que resulta em visão reducionista e determinista dos fenômenos comunicativos.

Os impasses entre as abordagens destinadas a repensar a formação teórica do comunicador social na contemporaneidade agravam as dificuldades de apreensão do fenômeno comunicacional, que não pode ser analisado sem consistência teórica, metodológica, pedagógica e vigilante sobre a sua extensão e intensidade. O resultado é que, ao longo do percurso histórico dos paradigmas, das teorias e dos modelos comunicativos, não se chegou a criar até o final da década de 80 uma base de consenso amplo sobre o que e de que modo estudar a comunicação, por ser um campo atravessado por tensões, contradições e convergências inter, multi e transdisciplinares dos estudos na área.

Com essa bagagem de impasses e desafios históricos, entramos nos anos 90, que serão amplificados e complexificados, a partir, sobretudo, da consolidação da tecnocultura comunicacional. Nessa década, aprofunda-se a crise dos paradigmas, teorias e modelos incorporados no ensino e na investigação, ao mesmo tempo em que se intensifica o desejo de rupturas com quaisquer sistemas mecanicistas e lineares de pensamento comunicacional. O período é fértil de novas proposições teóricas e metodológicas que colocam em cheque os esquemas explicativos construídos até então, substituindo-os por perspectivas que visam



desde transformar a instrumentalidade e a operacionalidade tecnológicas em objetos científicos até conceber a comunicação como rede de circularidade infinita onde não se consegue mais distinguir quem é quem no processo comunicacional. Outras correntes teóricas, por sua vez, contribuem para realçar a força da linguagem como mecanismo simbólico de expressão e constituição do social, em vez de apenas terem função representativa. Esse novo ambiente leva os estudiosos a buscarem referenciais analíticos para compreender o cenário do final do século XX, marcado pela acelerada proliferação de tecnologias informativo-comunicativas que afetam todas as esferas da vida social e individual.

Ainda nesta década proliferam perspectivas “pós-modernas” da comunicação e da cultura com diferentes matizes, desde os teóricos “futuroológicos”, os celebratórios ou, ao contrário, os catastróficos. Apostando no surgimento de novos modos de escrita comandados pela plasticidade digital, as idéias dos primeiros servem como suporte da derradeira utopia da comunicação, a democracia em tempo real. Os neo-apocalípticos, por sua vez, decretam a morte do sujeito, do signo, da história e da própria comunicação humana. Apesar da diversidade e riqueza dessas perspectivas, sua disseminação nas instâncias acadêmica e científica da comunicação propicia a desqualificação da teoria social como instância de reflexão crítica dos fenômenos sociocomunicativos. No Brasil, por exemplo, com o fim da ditadura militar, essa tendência se traduziu na desmontagem da vocação política dos estudos críticos da comunicação. No entanto, faz-se necessário questionar as conseqüências das mudanças tecnológicas, mas sem ceder aos impulsos de explicações apressadas a respeito daquilo que se anuncia, como por exemplo, a idéia de que a partir de agora passaremos a viver numa “sociedade da informação e da comunicação” ou numa “sociedade em rede”. Essas constatações simplificadas não podem nos desviar da atividade de análise e observação dos novos fenômenos comunicativos em toda a sua complexidade e multidimensionalidade.

Perspectivas parciais e reducionistas sobre a sociedade de consumo e das tecnologias da imagem proliferam nas escolas de comunicação e contaminam interpretações do cenário contemporâneo. Por exemplo, ao demonstrar a falácia da argumentação a respeito da supremacia do emissor sobre o receptor e fazer restrições aos estudos que analisam a comunicação a partir da instância da produção, alguns estudos acabaram por privilegiar o pólo da recepção e deixaram de realizar as devidas articulações entre um pólo e outro. Daí a proliferação na década de 90 de estudos sobre a vida privada, o consumismo, a cidadania via



consumo e espaço virtual, o narcisismo, o espectador ativo da TV, as biografias e as trajetórias de vida. Esses estudos privilegiaram sobretudo os micro-fenômenos sócio-comunicativos e os aspectos simbólicos da interação social, em detrimento dos macros fenômenos cujas estruturas econômicas, políticas e ideológicas são condicionantes fundamentais dos primeiros.

Longe de traduzir situação específica dos estudos brasileiros e latino-americanos de comunicação, o deslocamento dos enfoques econômico e político para o cultural e simbólico faz parte de um contexto amplo de mudança na produção sociológica mundial dos anos 90. SOUSA SANTOS (1996) avalia que este deslocamento manifestou-se, paradoxalmente, num contexto de dramática intensificação das práticas transnacionais econômicas, culturais e políticas e, sobretudo, num momento em que os problemas hegemônicos das agendas políticas de diferentes países do planeta são de natureza econômica. Nessa ótica, estudiosos como Armand e Michèlle MATTELART (1999) alertam que a tensão entre micro e macro não perpassa apenas as sociologias interpretativas, mas é experimentada também pela economia crítica da comunicação e pelos criadores das novas empresas globais ou transnacionais, resultando na sobrevalorização da matriz empresarial da comunicação e da figura do “intelectual orgânico” do pensamento empresarial.

A expansão da matriz empresarial da comunicação contaminou também as escolas de comunicação, manifestando-se, inicialmente, como reação à exacerbada desvalorização da experiência empírica assumida por importantes escolas de comunicação do País, durante as décadas de 70 e 80. Isso estimulou o aparecimento de movimentos acadêmicos contrários ao conhecimento teórico e reflexivo, norteados pela suposta inutilidade da formação teórica para o exercício cotidiano da profissão. Tais movimentos são emblemáticos do deslocamento da formação abrangente do comunicador social para a ênfase na especialização focada nas habilitações da área, desaguando numa moderna pedagogia que advoga o conhecimento empírico a finalidade essencial do ensino de comunicação.

Neste contexto, o campo acadêmico amplia sua susceptibilidade para adotar correntes da moda, refletindo na formulação de projetos pedagógicos reféns das últimas novidades do mercado e na adoção de posturas acadêmicas reducionistas e acrílicas que se traduzem em discursos celebratórios sobre as práticas comunicativas alavancadas pelos modernos sistemas midiáticos e tecnológicos, atribuindo-lhes, freqüentemente, a determinação exclusiva de



direcionar a sociedade, o ensino universitário, o pensamento comunicacional. Esses modismos são incorporados aos conteúdos programáticos de inúmeras disciplinas dos cursos de comunicação, inclusive nas TCs, cuja pretensão é conferir “cientificidade” aos fenômenos empíricos. Isto resulta na não sistematização dos conhecimentos acumulados na área, além de se cometer o equívoco de criar novos conhecimentos soterrando os “velhos”. Isto têm graves conseqüências para os campos acadêmico e epistemológico de comunicação, pois gera o fenômeno da mimetização das teorias que acaba por confundir o objeto de conhecimento com o fenômeno empírico e o objeto de aprendizado acadêmico com o objeto da prática profissional.

Poucas vozes anunciam as possibilidades de construção de uma teoria crítica da comunicação denunciando o recalque da crítica no ensino e na pesquisa em comunicação, a exemplo de PRADO (2001) ao observar que muitos intelectuais de comunicação, assumiram um *mood* de alívio por privilegiar os enfoques apologéticos em relação ao mercado. Outras advogam que a própria sociedade deixou de se questionar. Isso não significa, entretanto, que a sociedade contemporânea tenha suprimido o pensamento crítico como tal, mas sim que deu “hospitabilidade à crítica”, como acentua BAUMAN (2001), fato que ocasionou a acomodação do pensamento e ação críticos.

A implosão da Teoria da Comunicação é tema recorrente nesta década, face à emergência de uma tecnocultura mediada por novos dispositivos e linguagens digitais e mediáticos, a exemplo dos estudos sobre o ciberespaço, concebido como novo lugar constitutivo da sociabilidade e interação comunicativa. Nesse cenário, a crise dos paradigmas é discutida exaustivamente nos eventos científicos e na literatura na área, despontando inúmeras proposições, desde o descarte de tudo o que se produziu teoricamente, a exemplo de MARCONDES FILHO (1990) que propõe se começar do zero, à construção de novos paradigmas, a exemplo de RAMOS (1993) que propõe o paradigma da totalidade. Fundado na transdisciplinaridade e em novo método de apreensão e transformação do real, tal paradigma — aberto, dialético, crítico e radical — consiste em romper as fronteiras entre as chamadas ciências exatas, naturais, humanas e sociais, como também entre a ciência e tradição e ciência e senso comum. Na avaliação desse autor, a comunicação seria o *locus* ideal para colocar em prática esse paradigma, pois, mais do qualquer outro momento da história, ela é a chave para a construção de sociedades democráticas.



Na última fase (a partir do final dos anos 90), prolifera-se uma diversidade de correntes teóricas e metodológicas da comunicação, com várias ramificações e múltiplos posicionamentos, contribuindo para complexificar e enriquecer o pensamento comunicacional. Para MIÈGE (2000), esta relativa riqueza e multiplicidade de correntes dá a impressão de excessiva dispersão, mas considera que, ainda assim, esta situação é preferível do que as décadas anteriores quando os teóricos se fechavam e não dialogavam com outras correntes do pensamento comunicacional.

O período é marcado por uma “avalanche” de incertezas teóricas que se traduzem na intensificação dos debates sobre a crise dos paradigmas e possibilidades de construção de novos. Surgem várias iniciativas destinadas a organizar, sistematizar e legitimar o campo epistemológico e teórico da comunicação. No entanto, a preocupação obsessiva da delimitação/classificação do objeto de conhecimento da comunicação é questionada por alguns teóricos, como FELINTO (2001) que propõe o deslocamento do objeto específico para a constituição de questões e abordagens comunicacionais de múltiplos objetos. Para o autor, a própria emergência da disciplina TC produziu um conceito de comunicação que não dá mais conta de seu objeto, tendo em vista a velocidade das transformações das técnicas, dos meios e das múltiplas realidades socicomunicacionais. Ele enfatiza que a própria vacuidade das abordagens teóricas favorece o surgimento de acusações cada vez mais esmagadoras às TCs, que pressionam às escolas de comunicação a reduzirem ao mínimo o espaço de aprendizado na área e a substituírem por conteúdos técnicos e operacionais, ou seja, reduzir essas disciplinas a meras ferramentas da ideologia utilitarista. No entanto, como elas são obrigatórias nos currículos, elas acabam sendo vistas como um “mal necessário” no ensino de comunicação.

A diversidade de objetos de estudo dos teóricos da comunicação compromete a identidade do acadêmico da área de TCs tornando difícil definir o seu papel social e intelectual, sobretudo porque a vacuidade do seu domínio de conhecimento o torna indefinível. No entanto, alguns estudiosos, como NEIVA Jr. (1991), ressaltam que a ambigüidade, própria do campo teórico da comunicação, não se resolve apagando o seu objeto, e sim, tornando-o digno de ser teorizado e ensinado. Nessa perspectiva, FRANÇA (2001) aponta dilemas enfrentados pelos docentes das áreas teóricas nos cursos de comunicação e, em particular de TCs, face às acusações da “falta de nobreza” do assunto,



como se elas tratassem de coisas muito antigas, há muito resolvidas e descartadas e que não têm nenhuma relevância no debate contemporâneo, uma vez que têm outras questões mais estimulantes e glamourosas para se estudar.

### **Considerações finais**

Não podemos perder de vista que a formação teórica em Comunicação Social sempre encontrou dificuldades decorrentes de sua própria constituição como campo de conhecimento e de uma série de fatores, entre os quais destacam-se: a hegemonia da dimensão empírica e fenomenológica sobre a teórica e epistemológica; a natureza profissionalizante constitutiva dos cursos de comunicação que ocasionou a falta de articulação entre ensino e pesquisa, acrescida da fraqueza do estatuto teórico da comunicação como novo espaço de conhecimento; a organização pedagógica do ensino de graduação sempre foi interpelada pela imposição de currículos mínimos que não apenas reforçavam a dicotomia entre teoria e prática, mas também favoreceram a criação de armadilhas que aprisionaram docentes e discentes, pesquisadores e teóricos da comunicação; a dificuldade de desenvolvimento de projetos pedagógicos que contemplem os diferentes níveis de aprendizado em TCs e articulem as macro-teorias com os modelos explicativos de funcionamento dos campos especializados da comunicação.

Frente ao panorama histórico dos paradigmas, teorias e modelos constitutivos da formação teórica em Comunicação, o estudo conclui que essa formação não perdeu sua importância no contexto da universidade contemporânea, mas passou a ocupar um lugar estratégico de produção de um discurso refinado sobre as transformações socioculturais e comunicacionais atuais, resultando no deslocamento de sua função contemplativa e crítica para a instrumental no sentido de preparar os futuros profissionais de comunicação, os “intelectuais orgânicos” das corporações nacionais e transnacionais. Nessa perspectiva, o presente estudo chama atenção para o fato de que, apesar do positivismo ter enriquecido seu aporte teórico e instrumental de análise da complexa dinâmica da comunicação nas sociedades contemporâneas, ele preserva seu conservadorismo e sua incapacidade de incorporar perspectivas críticas sobre as assimetrias e contradições sociais, econômicas, políticas, culturais e comunicacionais, acentuadas no processo de globalização.



## Referências bibliográficas

BARBERO, Martín. Crisis en los estudios de comunicación y sentido de una reformacurricular. In: *Dia-Logos de la Comunicación*, n 19. Bogotá: FELAFACS, enero, 1988.

\_\_\_\_\_. Desafios à pesquisa em comunicação na América Latina. São Paulo: *Boletim da Intercom*, 49/50, São Paulo, 1984.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BELTRÁN, Luis Ramiro. Premissas, objetos y métodos foráneos en la investigación sobre comunicación en América Latina (1976, 1978). In: MORÁGAS SPÁ, Miguel de. *Sociología de la comunicación de masas*. Barcelona: Gustavo Gilli, 1985, v. 1.

BERGER, Christa. A pesquisa em Comunicação na América Latina. In: HOHLFELDT, Antônio; MARTINO, Luiz; FRANÇA, Vera Veiga. (Orgs.) *Teorias da comunicação – conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001, p. 241-277.

BRAGA, José Luiz. Constituição do campo da comunicação. In: FAUSTO NETO, A., PRADO, José L., PORTO, Dayrel (Orgs). *Campo da comunicação – caracterização, problematizações e perspectivas*. João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 2001, p. 11-39.

BRETON, Philippe; PROULX, Serge. *A explosão da comunicação*. Lisboa: Editorial Bizâncio, 1997.

CASTILLO, Daniel Prieto. Sobre la teoría y em teoricismo en comunicación. México. s/d. (Mimeo).

FADUL, Anamaria. Dilmea do ensino de comunicação: o laço prático-teórico. In MARQUES DE MELO, J., FADUL, Anamaria (Coord.) *Ideologia e poder no ensino de Comunicação*. São Paulo: Cortez & Moraes/Intercom, 1979.

FELINTO, Erick. Isto não é um cachimbo nem um objeto da comunicação: notas sobre o estado atual da Teoria da Comunicação no Brasil e algumas convergências interessantes com os estudos literários. (Trabalho apresentado no XXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Intercom e no X Encontro dos GTs de Ciências da Comunicação — GT 10 — Teoria da Comunicação. Manaus, Intercom/Campus Universitário do Amazonas (UA), 05 set. 2000).



- FRANÇA, Vera Veiga. Paradigmas da comunicação: conhecer o quê?. Anais do 10º Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós). Brasília: UNB/COMPÓS, jun. 2001 (CD-ROM), p. 553-567.
- HOHLFELDT, Antonio. Hipóteses Contemporâneas de pesquisa em comunicação. In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga (Orgs.). *Teorias da Comunicação*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2001.
- IANNI, Otávio. *Globalização: novo paradigma das ciências sociais*. Estudos Avançados, 21. São Paulo: IEA-USP, 1994.
- LINS DA SILVA, José Eduardo. A política educacional brasileira e os currículos de Comunicação. In MARQUES DE MELO, José & FADUL, Anamaria (Org.) *Ideologia e poder no ensino de Comunicação*, São Paulo: Cortez & Moraes/Intercom, 1979.
- LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2000.
- LOPES, Maria Immacolata. *Pesquisa em Comunicação. formulação de um modelo metodológico*. São Paulo: Ed. Loyola, 1990.
- LOPES M. I. V.; BRAGA, José L.; SAMAIN, Etienne. Proposta de atualização da categorização do campo da Comunicação. In FAUSTO NETO, A.; PRADO, L.A.; PORTO, S. (orgs.). *Campo da Comunicação: caracterização, problematizações e perspectivas*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2001, p. 91-108.
- MARCONDES FILHO, Ciro. *Comunicação Ano Zero*. São Paulo: ECA/USP, 1990.
- MATTELART, Armand & MATTELART, Michèle. *História das teorias da comunicação*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- MATTOS, Maria Ângela. *O popular no ensino de comunicação: a trajetória do curso de Comunicação Social da PUC-MG*. São Bernardo do Campo (SP), Instituto Metodista de Ensino Superior, 1992 (Dissertação de Mestrado).
- MIÈGE, Bernard. *O pensamento comunicacional*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- NEIVA JÚNIOR, Eduardo. *Comunicação, Teoria e Prática Social*. São Paulo: Brasiliense, 1991.



PRADO, José Luiz Aidar. Teoria da comunicação e discurso sobre a globalização: crítica ou marketing. In DOWBOR, Ladislav; IANNI, Octávio; RESENDE, Paulo-Edgar; SILVA, Hélio (Orgs.) *Desafios da comunicação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p.93-111.

RAMOS, Murilo César. Educação, comunicação e cultura da informação na transição pós-moderna. In PEREIRA, Carlos Alberto Messeder; FAUSTO NETO, Antônio (Orgs.) *Comunicação e cultura contemporâneas*. Rio de Janeiro: Notrya, 1993.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. *Pela mão de Alice; o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1996.

VATTIMO, Gianni. *A sociedade transparente*. Lisboa: Edições 70, 1989.